



Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Relações Internacionais
TCC em Formato de Artigo Científico Conforme Definido Pelo Regulamento de TCC
Projeto Pedagógico de Curso do Curso de Relações Internacionais em Cumprimento das
DCNs do Curso de Relações Internacionais (MEC/CNE)

Título do Trabalho: A ascensão da nova extrema direita e o hodierno debate pós-democrático

Nome da Estudante: Julia Naves Cassimiro

Nome da Orientadora: Esther Solano Gallego

Ano de Depósito: 2021

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central abordar e analisar a ascensão da nova extrema direita no mundo, mais especificamente no Ocidente, apresentando os principais motivos para a ascensão de tal fenômeno, os quais são, por um lado, grosso modo, as crises financeiras e neoliberais que levaram ao esgotamento do modelo de Estado de Bem-Estar Social e, por outro lado, a ascensão das pautas e movimentos progressistas, pois causaram sensação de revolta em demasia no público conservador e implicou, dessa maneira, no voto de protesto em figuras populistas da nova extrema direita como resposta. Propõe-se, da mesma forma, refletir acerca do conceito de pós-democracia e ponderar se o atual momento não diz respeito a um interregno do projeto democrático outrora detentor de hegemonia ou se a democracia está sendo substituída por um novo bloco hegemônico e pós-democrático na arena das relações internacionais.

PALAVRAS CHAVE: Extrema-Direita; Pós-Democracia; Crise; Neoliberalismo; Conservadorismo; Progressismo.

ABSTRACT

The main objective of this paper consists in approaching and analyzing the rise of the new far right and the alternative right in politics in the world, more specifically in the Western World.

This paper will also discuss the major reasons that triggered this phenomenon, such as the financial and the neoliberal crisis that has led to the collapse of the Welfare State. Moreover, the rise of the progressive agenda alongside its claims has caused a repugnant feeling for the conservative public, which implied in the protest vote for populist figures and parties as response. In addition, it will address the concept of post-democracy and reflect upon the contemporary moment, whether it is an interregnum of the democratic project alias hegemonic or a new post democratic layout is taking place in the international relations arena.

KEY WORDS: Far-Right; Post-Democracy; Crisis; Neoliberalism; Conservatism; Progressiveness;

Introdução

São notórios, na esteira dos últimos anos, mais precisamente desde meados de 2016, fenômenos paralelos em curso em diversos países que apontam para a ascensão da extrema direita e do neoconservadorismo. Ambos indicam o esgotamento do modelo de democracia liberal, uma vez que, segundo Almeida (2018), a própria lógica capitalista – desigualdade, acumulação e a exaltação ao lucro e à mercadoria – por si só constrange e dispensa a democracia, que passa a se configurar como um incômodo para as arenas política e econômica. Em 2016, nos Estados Unidos, ainda maior potência do mundo, houve a eleição inesperada do empresário Donald Trump com um discurso xenófobo, sexista e belicista. No Reino Unido, em junho do mesmo ano, 52% dos ingleses, embasados numa retórica anti-imigração e unilateralista votaram o referendo a favor da saída do Reino Unido da União Europeia, o *Brexit*¹. Na Alemanha, o partido Alternativa para a Alemanha (AfD), em 2017 conseguiu um feito que desde o final da Segunda Guerra Mundial os germânicos não presenciavam: a ascensão de um partido alemão de extrema direita para o parlamento com 12,9% dos votos (cerca de 90 representantes de 631 parlamentares), configurando-se como o terceiro maior partido do parlamento alemão² e também pautado num discurso xenófobo e antissistema. No Brasil, não distante, primeiro fora arquitetado um processo de *impeachment* a partir de argumentos insuficientes contra a ex-presidente Dilma Rousseff e, concomitante ao processo de impedimento, observou-se a ascensão da figura política do então deputado federal Jair

¹ RUIC, Gabriela. Brexit: quem votou a favor ou contra a saída britânica da UE: em uma votação acirrada, a maioria dos britânicos decidiu pela saída da união europeia. **Exame**, [S.l.], p. 1-3, 24 jun. 2016. Disponível em: <https://exame.com/mundo/brexit-quem-votou-a-favor-e-contra-a-saida-britanica-da-ue/>. Acesso em: 07 dez. 2020.

² CARBAJOSA, Ana. Extrema direita entra no Parlamento alemão pela primeira vez desde 1945. **El País**. Berlim. 25 set. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/24/internacional/1506276160_113753.html. Acesso em: 07 dez. 2020.

Bolsonaro, que, similarmente, representou e impulsionou a agenda de extrema direita no Brasil, pautada numa lógica militarista, antissistema e moralista. Esses cenários, dentre outros, cada um com suas particularidades e semelhanças, juntos apontam para a ascensão das pautas antidemocráticas legitimadas pelo voto popular e pelas instituições democráticas que, ao fim e ao cabo, evidenciam a maior crise global do modelo da democracia liberal desde o final da Guerra Fria (BALLESTRIN, 2018).

Diversos são os fatores e motivações para a crise da democracia liberal e a ascensão da extrema direita, cada qual produzindo impactos distintos nos países do Sul e do Norte global. Dentre eles, de um lado podemos destacar que a crise econômica mundial de 2008 constitui-se referência simbólica ao surgimento de sólidos indícios acerca da incompatibilidade entre a democracia liberal e o neoliberalismo econômico (BALLESTRIN, 2018) que diz respeito ao alto teor de incredulidade dos cidadãos perante as instituições democráticas, explicando as reivindicações antissistemas e autocráticas. Por outro lado, a crise dos refugiados, oriunda dos conflitos no Oriente Médio, impulsionou a ascensão de partidos e figuras com pautas xenófobas e nativistas na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo. Ao caso brasileiro soma-se o sentimento de corrupção sistêmica e o antipetismo. Os contextos e os pormenores dos Estados Unidos, América Latina e Europa são muito diferentes entre si, mas o avanço da nova direita e do neoconservadorismo nestas arenas compartilham dos benefícios advindos do avanço das tecnologias de telecomunicação.

Dito isto, o objetivo do presente trabalho consiste em analisar e discutir as características e escolas de pensamento que inflamaram a ascensão da nova direita, bem como entender o motivo pelo qual ganharam tanta relevância em administrações públicas e aglutinaram camadas distintas da sociedade civil, também como influenciam a arena das relações internacionais e, por fim, ponderar acerca do debate pós-democrático. O primeiro capítulo tratará das duas principais matrizes ideológicas em que se agarrou a direita extremada – uma conjunção entre o neoliberalismo com o neoconservadorismo – e como elas se relacionam com a crise da democracia liberal, oferecendo palco a figuras hiperreacionárias. O segundo capítulo se ocupará de explicar e traçar as atuais novas direitas e da direita alternativa e como conseguiram visibilidade sem o apoio das grandes mídias ou de partidos tradicionais. Por fim, o terceiro capítulo trará questionamentos e reflexões acerca do debate pós-democrático, tema tão caro dado o atual momento em que nos encontramos.

Capítulo 1. Conservadorismo e Liberalismo: as duas matrizes ideológicas que embasam o pensamento da Nova Direita e a sua conjunção crítica na atualidade.

Este capítulo tem o propósito de abordar os dois grandes campos de pensamento que compõem as famílias da direita, apesar de ser um guarda-chuva muito diverso e heterogêneo. Abordaremos o neoconservadorismo e o neoliberalismo, bem como a conjunção entre os dois, que forneceram bases para o surgimento de um novo neoliberalismo. Entender essas matrizes é imprescindível, uma vez que figuras e atores políticos que se orientam por essas correntes têm, cada vez mais, ganhado força e ampliado sua audiência, sendo capazes de influenciar a opinião pública de tal modo que conquistas sociais estejam ameaçadas. Por fim, então, abordaremos a crise da democracia liberal e os dois perigos velados que este fenômeno implica: a ascensão de governos autoritários e as propostas de conservação.

1.1 Neoconservadorismo

A fim de entendermos o neoconservadorismo, faz-se necessário, primeiro, abordarmos o conservadorismo. O sentido mais amplo desta palavra diz respeito à tentativa e ao desejo de manter algo conservado ou inalterado (GALVÃO, 2019). Traduzindo para o âmbito político, o conservadorismo, grosso modo, diz respeito à recusa e oposição às transformações substanciais que ocorrem no seio da sociedade, isto é, o desejo de conservar antigos costumes, valores morais e instituições tradicionais (KIRK, 1967), como por exemplo a religião cristã e a monarquia, consideradas pilares essenciais da civilização ocidental (ALMEIDA, 2018). De acordo com Galvão, 2019, o pai desta corrente de pensamento foi Edmund Burke, que criticou, em seu livro “Reflexões sobre a Revolução na França” de 1790, as mudanças e ameaças político-sociais estruturais advindas da revolução iluminista, notadamente, a introdução dos conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade.

Ainda de acordo com Galvão (2019), o neoconservadorismo, por sua vez, surgiu na década de 1970 dado o desapontamento de alguns intelectuais com as alternativas localizadas à esquerda do espectro político-econômico, sobretudo as políticas econômicas Keynesiana e do Estado de Bem-Estar Social, ambas tidas como consenso na época. Os neoconservadores, então descontentes, reivindicavam o retorno dos princípios liberais, tais como privatizações, redução do papel do Estado e a implementação do livre mercado. Descontentes também com os movimentos progressistas das minorias, das feministas, dos negros e LGBTs – as pautas pós-materialistas – como num movimento de reação, reivindicaram o retorno da soberania do papel da família, do patriotismo, da autoridade e dos valores tradicionais (IGNAZI, 1992). De um lado, no período pós-guerra, quando a América Anglo Saxônica e a Europa gozavam de

momentos econômicos favoráveis à ascensão de uma juventude preocupada mais com pautas pós-materialistas do que econômicas houve espaço para a ascensão do movimento que Inglehart (1977) chamou de “revolução silenciosa”, por outro lado, todavia, houve a reação dos neoconservadores, que Ignazi (1992) chamou de “contrarrevolução silenciosa”. Com a contrarrevolução, na década de 1980 alguns partidos e políticos liberais e conservadores ganharam proeminência, destacadamente Ronald Reagan, Margareth Thatcher e Augusto Pinochet (ROCHA, 2019), respectivamente nos Estados Unidos, Reino Unido e Chile.

Segundo Almeida (2018), o movimento de reação neoconservadora foi exacerbado pela crise econômica capitalista dos anos 1960 que, para os adeptos a esta corrente de pensamento, não era uma crise econômica, mas sim uma crise moral, dado o esquecimento dos valores tradicionais devido ao falso igualitarismo advindo da intervenção estatal, característica intrínseca ao Estado de Bem-Estar Social. Devido à ruptura com os valores tradicionais e morais em que se fundaram as sociedades ocidentais, os neoconservadores afirmam que ao minimizarem as diferenças entre os indivíduos – de sexo, raciais e de classe – haveria, de certo, profunda deterioração da cultura, exemplificada por eles pela ascensão dos sindicatos, dos comunistas, das feministas e dos negros. Galvão (2019), não obstante, afirma que há certos empecilhos para definir precisamente o conservadorismo da nova direita, uma vez que é um grupo muito heterogêneo e complexo, porém, é tido como um conglomerado de conservadores liberais que seguem ou a escola austríaca ou ideias anarco-capitalistas – libertarianistas – além de impulsionarem figuras populistas.

1.2. Neoliberalismo

Em seu surgimento e até hoje nos países anglo-saxões o liberalismo foi a corrente de pensamento que reivindicou transformações sociais e culturais progressistas, isto é, localizada à esquerda na esfera política opondo-se, destarte, ao conservadorismo, todavia, no Brasil, quando pensamos em liberalismo, estamos pensando na direita do espectro político. Grosso modo, o termo diz respeito ao utilitarismo britânico em que o Estado tem sua importância reconhecida na realização da justiça social, que é pressuposta à liberdade. Igualmente, o conceito não é claro e muito bem delineado, mas sim um amálgama de diferentes escolas e que, a partir do século XIX, passa a ser caracterizado pela defesa da igualdade e da liberdade concomitante à valorização do individualismo – em detrimento do coletivo (GALVÃO, 2019).

Ainda, de acordo com Galvão (2019), o liberalismo econômico diz respeito à inexistência de coerções econômicas e sociais, e os adeptos a esta escola de pensamento acreditam que uma economia livre pressupõe que todos os indivíduos possuam os mesmos

direitos para consumir e produzir na sociedade, reduzindo, por conseguinte, o papel do Estado às funções mínimas como a sustentação da ordem nacional, da lei e garantia da segurança e da propriedade privada. No campo político, as defesas liberais também contemplam a defesa dos direitos humanos, da imprensa livre, de eleições livres e justas, da liberdade religiosa e do direito à vida. Contudo, esse entendimento de liberalismo acaba no século XX e é neste período em que ocorre a divisão do liberalismo entre os novos liberais (*new liberals*, na literatura estadunidense) de um lado do espectro político e os libertários e liberais clássicos do lado oposto (GALVÃO, 2019). Aqui faz-se necessário, rapidamente, explicar a diferença entre os liberais clássicos e os libertários. Os termos remetem a épocas distintas e, enquanto os liberais clássicos criticaram a opressão das teocracias e monarquias, os libertários se incomodaram com os excessos do imperialismo, da burocracia e do progressismo – incluindo o modelo de Estado de Bem-Estar Social – que se sobrepujaram, segundo a visão dos libertários. A semelhança entre as duas vertentes diz respeito ao desejo de reduzir a influência e a prevalência das autoridades centrais em relação aos indivíduos, o que explica a palavra liberdade (o radical “liber”) em seus nomes³. Além disso, o libertarianismo está intimamente relacionado com a escola econômica austríaca, defendendo a menor presença possível do Estado na economia, de modo que quaisquer situações criadas pelo mercado, por mais injustas e desiguais que sejam, é justa por definição (MIGUEL, 2018).

Assim, o primeiro grupo – os novos liberais – é tido como progressista, uma vez que credita ao Estado a capacidade legítima de defender os interesses coletivos da sociedade, isto é, vê no governo a responsabilidade essencial de garantir o progresso do modelo de Estado de Bem-Estar Social. O segundo grupo, que é o que mais nos interessa neste trabalho, por sua vez – os liberais clássicos – permanece com o pensamento de que a figura estatal representa ameaça primária à liberdade do indivíduo. Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com o advento das escolas austríaca, de Chicago e de Virginia os ideais liberais clássicos foram repaginados e renomeados para neoliberais (GALVÃO, 2019).

Assim, uma vez repaginado, o âmago do novo liberalismo permaneceu voltado à importância das individualidades, uma vez que, segundo a corrente, o indivíduo precede o coletivo e, portanto, deve sempre ser priorizado (GALVÃO, 2019). Demasiada intervenção por parte do Estado, de acordo com a corrente, afligiria a iniciativa e liberdade individuais. Segundo

³ MIESSLER, Daniel. *The Difference Between Classical Liberalism and Libertarianism: how the appropriation of an old term is being used to obscure unpalatable political positions*. 2020. Disponível em: <https://danielmiessler.com/blog/the-difference-between-classical-liberalism-and-libertarianism/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

Hayek (1960), a ordem do mercado regendo uma sociedade consiste num ato não intencional, sendo assim, seus frutos não podem ser considerados justos ou não justos, ao passo que, o resultado da implementação de um plano de distribuição de bem-estar numa sociedade por parte do governo seria injusto e desigual, uma vez que os formuladores e os agentes públicos dentro do próprio aparato estatal seriam capazes de priorizar seus desejos individuais em detrimento da necessidade do coletivo. Para a corrente, a alternativa a este cenário seria, portanto, garantir a liberdade para que cada indivíduo pudesse exercer suas atividades, habilidades e inteligência de acordo com o desejo de cada um a fim de perseguir seus objetivos individuais. Só assim, segundo essa corrente, haveria justiça de fato no processo de manutenção do bem-estar de uma sociedade, já que o Estado distribuir a riqueza consistiria num igualitarismo falso. Logo, o âmago do neoliberalismo consiste na igualdade jurídica, em detrimento da igualdade de poder ou de propriedade (GALVÃO, 2019).

Por fim, outro consenso na academia acerca do neoliberalismo gira em torno da concepção de que para atingir os seus fins – leia-se impor a lógica do mercado – este estaria disposto a criar as condições jurídicas e legais necessárias para que haja o funcionamento e manutenção do livre-mercado. Ou seja, o neoliberalismo pode se utilizar dos meios de comunicação, das *fake news*, da corrupção estrutural e da manipulação de dados, por exemplo, mas, frequentemente recorre à Constituição e às vias legais, legalidade essa, vale dizer, injusta e não favorável às massas, mas benéfica sobretudo às elites (DARDOT, LAVAL, 2019). Diante disso, apreende-se que todos os pensadores liberais, bem como suas escolas, embora haja variações na essência, valorizam a supremacia da economia de mercado e a propriedade privada.

1.3. A crise do neoliberalismo e o novo neoliberalismo

Posto isto, de acordo com Fraser (2018), num primeiro momento a atual crise que enfrentamos pode parecer uma crise política global, contudo, os exemplos da ascensão de Donald Trump, de Jair Bolsonaro e do partido Alternativa para a Alemanha (Afd) ao poder dizem respeito apenas à vertente política de uma conflagração que abrange as arenas ecológica, social e econômica. Dito isto, podemos dizer que atualmente enfrentamos uma crise generalizada e a nuance política desta crise geral é a crise hegemônica. O bloco hegemônico neoliberal progressista no Ocidente instituiu dois elementos imprescindíveis à sua própria manutenção: um elemento de justiça, que diz respeito ao reconhecimento e um elemento de direito, intimamente ligado à distribuição. A explicação destes dois elementos, segundo Fraser, 2018, é a de que:

“O aspecto distributivo transmite uma visão sobre como a sociedade deve alocar bens divisíveis, especialmente renda. Este aspecto fala sobre a estrutura econômica da sociedade e, ainda que obliquamente, às suas divisões de classe. O reconhecimento expressa um senso de como a sociedade deve atribuir respeito e estima, as marcas morais do delito de associação e do pertencimento. Focado na estrutura de status da sociedade, este aspecto refere-se às suas hierarquias de status”. (FRASER, 2018, p. 45)

Conforme Fraser (2018) aponta, foi o colapso do bloco hegemônico neoliberal progressista que gerou a crise política e facilitou a ascensão do novo bloco hiperreacionário. O neoliberalismo progressista nos Estados Unidos, e no Ocidente, de modo geral, conjugou de um lado as pautas pós-materialistas – que englobam os principais movimentos sociais atuais, tais como antirracismo, feminismo, direitos LGBTQs e pautas ambientais – e de outro, o setor financeiro mais elevado da economia estadunidense – como Hollywood, *Wall Street* e Vale do Silício. Apesar de anômala, essa singular união se manteve ativa por um bom tempo devido à sua configuração e entendimento acerca dos elementos de distribuição e reconhecimento. A faceta distributiva dessa união era de caráter neoliberal, amplamente ancorada nos estudos de Hayek, Friedman e Buchanan e visava a redução de impostos, menor atuação do Estado e liberalização da economia, que, por conseguinte gerou desindustrialização, salários mais baixos e mais empregos precários. Tais medidas desmantelaram o padrão de vida da classe média e dos trabalhadores ao passo que os mais ricos ficaram – e ainda ficam – cada vez mais ricos. Todavia, o fundamentalismo neoliberal precisaria de um adorno progressista para ser bem visto e aceito pela massa. Isso explica, por exemplo, o motivo pelo qual foi formada uma união com a faceta progressista de reconhecimento. Destarte, ainda consoante Fraser (2018), fora instituída uma retórica superficial de apoio às minorias que espalhava ideais de empoderamento das mulheres e de diversidade na sociedade. Superficial, porque os ideais, além de limitados, eram conciliáveis com as políticas econômicas de interesse do alto escalão financeiro, como por exemplo o fomento à casa própria traduzia-se em empréstimos *subprimes* – isto é, incompatíveis com o padrão de vida dos clientes e sem lastro financeiro – e a proteção ao meio ambiente significava fomento ao comércio de carbono (FRASER, 2018).

Dois foram os grandes rivais que o neoliberalismo progressista teve de superar para ascender e se tornar dominante. O primeiro rival dizia respeito às minorias que não acreditaram na fachada progressista do empoderamento difundido pelo neoliberalismo e, a fim de o superar, fora arquitetado uma união entre grandes empresários e banqueiros de um lado e do outro, os trabalhadores, latinos, suburbanos e os movimentos sociais, ao passo que tentava coadunar com os afro-americanos. O segundo rival, reunido sobretudo debaixo do guarda-chuva do Partido Republicano, consistiu no embate contra o neoliberalismo reacionário, que detinha uma

compreensão diferente sobre os componentes de distribuição e de reconhecimento. Apesar de ambos compartilharem muito em comum, o eixo econômico do neoliberalismo reacionário era similar ao do neoliberalismo progressista, com foco, porém, na indústria militar e nas finanças, já seu eixo de reconhecimento era reacionário, pois buscava aglutinar uma ampla base de apoio com base numa visão opressora de ordem social, ou seja, etnacional e contra os imigrantes (FRASER, 2018).

Por conseguinte, o neoliberalismo que Fraser (2018), chamou de hiperreacionário diz respeito à confluência do neoliberalismo com o neoconservadorismo. Como explicado por Dardot e Laval (2019), a fim de ascender como força reguladora da vida coletiva e das subjetividades, o neoliberalismo necessitou e prescindiu de um conjunto de valores e ajustes éticos e morais de tal modo que a nova interpretação da crise econômica fosse de cunho moral, cujo cerne dizia respeito ao abandono de valores tradicionais. Dado o ensejo, a religião apareceu como legitimador moral do aparato neoliberal, sobretudo no tocante ao modelo teológico de meritocracia acerca da lógica da prosperidade. Com a religião em voga, o patriarcalismo e a família heteronormativa se tornaram núcleos centrais novamente e, junto a fatores como o aumento do desemprego, imigração, políticas de austeridade e aumento da pobreza, o nacionalismo se tornou demasiado atrativo e elevou a ideia do “cidadão do bem” ao patamar de uma forma de coesão social que luta contra as ameaças advindas de um inimigo nebuloso que eles não sabem ao certo definir. Este cenário leva, por consequência, à justificativa da militarização massiva tanto da política quanto do espaço público com o objetivo de conservar a lei e a ordem necessárias ao pleno funcionamento da lógica do mercado (SOLANO, 2020). Sendo assim, a ascensão de políticos de extrema direita no mundo é fruto do solapamento do bloco hegemônico progressista neoliberal, cujo vácuo fora paulatinamente preenchido pelo novo bloco hegemônico, o neoliberalismo hiperreacionário, formado pela aliança com o conservadorismo de alto teor religioso e militarizado.

Além disso, Dardot e Laval (2019), dizem que o entendimento do neoliberalismo clássico se finda mediante à crise financeira de 2008, à posterior crise europeia e à guinada nacionalista da extrema direita nos Estados Unidos (2016), Grã-Bretanha (2017) e Brasil (2018). O neoliberalismo clássico, por si só, se reforça como sistema de poder, uma vez que seu âmago consistia na imposição – por parte dos governos – da lógica do capital nas esferas econômicas, sociais e na própria natureza estatal, de modo que, ao passo que foram criadas grandes organizações mundiais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, por exemplo, o neoliberalismo clássico se tornou um sistema internacional de poder e governança que se retroalimenta por meio de suas próprias crises (DARDOT, LAVAL, 2019).

Também, o neoliberalismo clássico se revestia com adereços liberais, democráticos e até mesmo progressistas, além de prescindir o Estado de direito. No entanto, o novo neoliberalismo se ornamenta com o fechamento de fronteiras, com discursos nacionalistas, contrários aos direitos humanos e com a construção de muros, isto é, o novo sistema já descarta a democracia e o Estado de direito. Além disso, Dardot e Laval (2019), ainda explicam que os governos autoritários da extrema direita não se opõem ao sistema neoliberal como modo de governar, uma vez que continuam intensificando desregulamentações, reduzindo impostos a fim de favorecer os mais ricos e dismantelando as conquistas sociais. Sendo assim, dado o aprofundamento das práticas neoliberais, como a concorrência generalizada na economia, que acaba por respingar e prejudicar a condição dos trabalhadores assalariados, estes se sentem enganados e desamparados pelo sistema, bem como dismantelam as forças sindicais e defesas coletivas (DARDOT, LAVAL, 2019) pela consequente falta de interesse e esperança na política tradicional. Assim, a resposta da massa a esse sentimento de perda de assistência por parte do sistema gira em torno do voto de protesto, esperançoso de que figuras populistas, autoritárias e extremistas sejam capazes de protegê-la contra as ameaças advindas da desassistência do sistema. Depreende-se, isto posto, que o novo neoliberalismo produziu e arquitetou a crise da democracia liberal (DARDOT, LAVAL, 2019).

Capítulo 2. Alt-Right: as direitas radicais em sua forma contemporânea

Ao longo dos últimos anos temos observado a concepção e a ascensão de uma nova direita radical arquitetada consoante a evolução dos meios de comunicação e que se apoderou de fóruns online como o novo modo de fazer política e de organização das suas militâncias de modo tal que foram capazes de influenciar importantes decisões políticas em democracias prestigiadas no Ocidente, tais quais, como já dito, o referendo do *Brexit*, em 2016, no Reino Unido e a eleição de Donald Trump também em 2016. Estes casos são bons exemplos de como a organização da direita radical logrou êxito ao manipular a opinião pública e que demonstra, assim, o alto grau de proliferação dessas ideias no seio da sociedade (GALVÃO, 2019). Este capítulo destina-se a explorar mais o campo das novas direitas e da direita alternativa.

2.1. Uma breve reflexão acerca das atuais direitas radicais

À priori é necessário pontuar que o amplo grupo das novas direitas, assim como explicado por Galvão (2019), não deve ser visto como uma coalizão uniforme, pois é multiforme. Dentro deste grupo, há demasiada relevância da ordem de caráter populista – pensamento que afirma haver duas classes distintas com interesses conflitantes na sociedade: o

povo de um lado e de outro, a elite, corrupta, de acordo com essa linha de pensamento – e se embasam em ideais autoritários e nativistas, isto é, a defesa de que o governo deva proteger os cidadãos nativos da região contra as ameaças oriundas do estrangeiro, portanto, um pensamento de certo modo xenófobo. O autoritarismo desta corrente diz respeito tanto ao modo hierarquizado de organização de uma sociedade quanto à implantação de severas punições caso haja infração, ou seja, um estado militarizado em que sua polícia e seu exército recebem treinamentos de guerra para cuidar da população civil. Assim sendo, populismo, nativismo e autoritarismo, grosso modo, são os três símbolos que integram as atuais principais manifestações da direita radical. Dito isto, podemos concluir que estes símbolos constituíram, portanto, a alternativa – ou resposta – preferível encontrada pela população através do voto democrático em contrapartida às alternativas à direita ou à esquerda do espectro político (GALVÃO, 2019) em diversos países na última década.

Apesar de um grupo multiforme, as novas direitas têm em comum, além do orgulho em se declararem à extrema direita do espectro político, a crítica ao arquétipo do aparato democrático liberal construído no pós-guerra, bem como à noção de igualitarismo advinda deste modelo e procura enfrentar o modo de organização do Estado de Bem-Estar Social ao alvidrar novos modelos anti-igualitários. Dentre os coeficientes que podem explicar a lacuna preenchida pela ascensão das novas direitas temos o consenso generalizado acerca do projeto econômico de Bem-Estar Social, que ao aglutinar no centro tanto os grupos da esquerda quanto os da direita, era tido como alternativa *sui generis*, logo, mal era possível diferenciar o espectro político dos projetos econômicos. Outro coeficiente diz respeito à ascensão das pautas pós-materialistas que gerou tanto a revolução silenciosa (INGLEHART, 1977) como o movimento neoconservador da contrarrevolução silenciosa dos homens (IGNAZI, 1992), pois estes viam seu papel hegemônico ameaçado na sociedade e assim, apelaram ao patriotismo, ao autoritarismo e ao núcleo da família como elementos centrais e primordiais da sociedade. Ainda, dada a paulatina mudança dos princípios e valores da sociedade no contexto pós-industrial, o grupo conhecido como os perdedores da globalização – formado sobretudo por homens de idade avançada e sem diploma de nível superior – teve seu sentimento de pertencimento e até mesmo de identidade perturbado com a ascensão da diversidade étnica e social derivados da globalização (GALVÃO, 2019). De acordo com Crespo (2010), pode ser considerado o maior trunfo da nova direita a bem-sucedida inclusão da insegurança e imigração como temas centrais e primordiais das eleições nos Estados Unidos e na Europa. Outrora o comunismo era o inimigo comum de ambas as sociedades, mas com o êxito do neoliberalismo progressista à época e dado o advento do ataque de 11 de setembro em Nova Iorque, abriu-se

tamanho precedente para a caracterização do novo inimigo comum: o islamismo. Logo, depreende-se que o nacionalismo fora bem aceito pelos neoconservadores porque não só trata da questão econômica, mas também da questão cultural e ideológica. Diferente da Europa e dos Estados Unidos, o inimigo no caso brasileiro é o mesmo do século passado, os comunistas – embora quem conclame e difunda esse pensamento anticomunista não saiba ao certo definir o que é comunismo e acaba por esvaziar e generalizar o sentido da palavra ao definir quaisquer pensamentos dissemelhantes ao seu como comunista. Sendo o comunismo a ameaça virtual, outra ameaça tangível para a direita radical no caso brasileiro está centrada na figura do “bandido” (GALVÃO, 2019) e da ascensão das minorias.

Com base neste breve contexto, surgem na Europa os chamados *European New Rights*, os novos partidos da ala da direita radical que não são somente mais radicais que os neoconservadores, mas também têm propostas concretas que ameaçam o establishment democrático ao desacreditar de quaisquer partidos à esquerda ou à direita e contestar o preceito de igualdade dos indivíduos perante a lei e inclusive, contestam a grande mídia. Em virtude da crescente desconfiança da população face os partidos tradicionais, segundo Galvão (2019), há uma tese de comportamento eleitoral acerca do desalinhamento, que diz que a ala da direita radical consegue reunir debaixo do seu guarda-chuva as hodiernas reivindicações conservadoras, políticas e econômicas, além de se favorecerem com a crescente falta de confiança nos partidos tradicionais. Não obstante, a nova direita não pode ser confundida com a antiga direita extremada que vigorou no século XX na Europa, notadamente as ideologias fascistas, todavia, o fato de serem recentes não quer dizer que não haja um subgrupo fascista dentro das atuais direitas extremadas, visto que é um complexo conglomerado.

Por fim, Galvão (2019), elaborou um quadro que compara e exhibe as principais diferenças entre as direitas radicais em sua forma antiga e em sua forma contemporânea. Se as antigas emergiram a partir dos grandes partidos intrínsecos ao sistema, a atual, por sua vez, se manifesta questionando o sistema tanto dentro de partidos outsiders menores quanto através da internet. A primeira contava com o endosso dos principais meios de comunicação, enquanto a atual não só rescinde a importância e veracidade da mídia como também por ela é censurada. Além disso, ao passo que em sua forma anterior, as liberdades coletivas e individuais eram abalizadas em benefício da maior atuação do aparato estatal, em sua forma contemporânea, o processo se inverteu, pois, agora há um culto em demasia às liberdades individuais contra o descomedido papel do Estado. Além disso, outrora os partidos da ala radical da direita apresentavam planos econômicos coerentes, à medida que a direita radical atual carece de um projeto coeso – que pode pender tanto para o lado intervencionista quanto para o lado pró

mercado – quando se não abertamente declaram que nada entendem de economia, como o fez o então candidato à presidência do Brasil em 2018, Jair Bolsonaro⁴.

2.2. A direita alternativa

O termo *alt-right*, segundo Mudde (2017), não possui embasamento filosófico nem um significado conciso. Nagle (2017), por sua vez, a define como uma classe que diz respeito à direita radicalizada e libertária com forte atuação e afeição pela tecnologia e seu surgimento está relacionado aos fóruns de debate chamado 4chan22 – uma comunidade online anônima que em seus primeiros 11 anos de funcionamento recebeu cerca de 1,7 bilhões de postagens anônimas, mais de 1 bilhão de visitantes e aproximadamente 620 mil páginas visitadas a cada mês⁵. As características que aproximam o 4chan e o movimento da *Alt-Right* dizem respeito à oposição ao politicamente correto, ao multiculturalismo e ao feminismo. De acordo com Nagle (2017), como não houve a presença marcante de um grupo que propagava um discurso à esquerda ou liberal progressista neste fórum, seus antagonistas subentenderam que este vácuo deveria ser preenchido por eles. Sendo assim, os grupos à direita, organizados neste fórum, começaram a produzir memes “engraçados” levando em consideração o anonimato para irem contra o politicamente correto e cujo objetivo primordial era o de provocar escândalo e de viralizar as mensagens. Quando criado, o fórum era destinado ao compartilhamento de imagens de animes nipônicos, mas, à medida que o tempo passou, a rede foi tomada por usuários homens que começaram a propagar discursos misóginos, caracterizando uma subcultura masculina e heterossexual prevalente neste ambiente virtual. Ainda segundo Nagle (2017), dado o anonimato, a plataforma significava um ambiente seguro para proliferação de mensagens sobre suicídio, sobre pornografia, racistas, misóginas e incestuosas. Dentro deste amplo leque de mensagens compartilhadas, o nicho que mais conseguiu visibilidade fora da plataforma foi o de humor sarcástico.

Dito isto, de acordo com Galvão (2019), foi Richard Spencer – presidente do *National Policy Institute*, um centro de estudos supremacista branco – quem cunhou a expressão *Alt-Right* para representar pessoas que sentiam que o movimento conservador tradicional à direita era insuficiente. Assim, qualquer indivíduo que não se identificasse com o conservadorismo

⁴ GRILLO, Marco; MENEZES, Maiá; PRADO, Thiago. Exclusivo: não entendo mesmo de economia, afirma Jair Bolsonaro. **O Globo: Brasil**. Rio de Janeiro, jul. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/exclusivo-nao-entendo-mesmo-de-economia-afirma-jair-bolsonaro-22908268>. Acesso em: 18 jan. 2021.

⁵ Fundador do 4chan deixa de ser administrador do site após 11 anos. **G1**. São Paulo. 22 jan. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/01/fundador-do-4chan-deixa-de-ser-administrador-do-site-apos-11-anos.html>. Acesso em 18 jan. 2021.

mainstream, podendo variar desde libertário, populista de direita radical até ultranacionalista ou conservador não-religioso, poderia ser incluso neste amplo guarda-chuva e estas vertentes tinham como conectivos a relação próxima com os núcleos libertários e conservadores. Ao longo do tempo, ficou cada vez mais claro que o termo cunhado por Spencer sustenta desmedida afinidade com o nacionalismo branco. Todavia, devido à ausência de um líder formal, o movimento acabou crescendo para diversos lados e não mais houve consenso acerca da direção da *Alt-Right* (HAWLEY, 2017). Nos dias de hoje, ao passo que o movimento cresce para diversas direções, o significado do termo está remontando ao seu significado inicial. Milo Yiannopoulos – um jornalista e empresário britânico, também expoente do movimento da *Alt-Right* – acredita num significado mais amplo do termo *Alt-Right*, que inclua o grupo de indivíduos que rechaçam a imigração – de quaisquer lugares – e se preocupam em demasia com a defesa das fronteiras, além de abominarem o politicamente correto. Greg Johnson, por sua vez, um escritor nacionalista americano, propõe a elevação do termo a um termo geral que sirva como guarda-chuva vago que englobe quaisquer pessoas que rejeitem o conservadorismo tradicional (GALVÃO, 2019).

Entender este fenômeno em ascensão é desafiador devido a sua circunstância característica e peculiar; o anonimato. Além de ser um movimento recente, a idade de seus participantes e apoiadores é mais jovem que o movimento tradicional do conservadorismo, não há líderes formais e seu crescimento se deu de maneira horizontal e em larga escala, o que dificulta o delineamento, sem contar o fato de que é difícil precisar o fenômeno fora do ambiente virtual com a larga disseminação de mensagens anônimas. Por isso, a *alt-right* constitui um fato inédito na cena política (GALVÃO, 2019). Além disso, Hawley (2017), afirma que apesar de o grupo não possuir o suporte da grande mídia, seu êxito pode ser explicado pelo seu elevado grau de competência no que tange à utilização da internet ao disseminarem discursos radicais e chocantes. Também segundo o autor, Richard Spencer teve a ideia de instituir o termo *alt-right* a fim de repaginar seu antigo movimento racista de modo a deixá-lo mais agradável aos ouvidos dos conservadores tradicionais, além disso, foi este movimento quem conduziu a política americana rumo à direita radical (HAWLEY, 2017).

Este grupo propaga – anonimamente ou não – através dos fóruns online, postagens que criticam e contestam o politicamente correto, seja o movimento negro, seja o movimento feminista e quem quer que se manifeste favorável à abertura de fronteiras, isto é, o grupo vai contra quaisquer bandeiras ou movimentos progressistas e globalistas, uma vez que estes se sentem ameaçados na sociedade ao pensarem na ideia de dividir equitativamente seu espaço e lugar de fala com as minorias. Isso porque o grupo se embasa na ideia de que as políticas

identitárias propagadas pelos progressistas fariam com que os indivíduos ficassem uns contra os outros ao evidenciarem as diferenças que os separam (GALVÃO, 2019). Hawley (2017) afirma que a conexão entre os conservadores tradicionais e a *alt-right* é fraco, não obstante o novo fenômeno ter se utilizado de diversos componentes de outros movimentos o autor diz que seu nascimento data do ano de 2008. Porém, assim como os conservadores, a *alt-right* não apresenta clareza quanto ao seu projeto econômico – alguns pendendo para o liberalismo econômico em que se sustentam os projetos econômicos dos conservadores liberais e dos libertários e outros – muitos – pendem para as políticas protecionistas e unilaterais. A *alt-right* acredita que os neoconservadores – e suas variações, como tradicionais, religiosos, etc. – não foram incisivos o suficiente na tentativa de manutenção e proteção do aparato estatal contra a ascensão e proliferação de seus inimigos – as feministas, os negros e os estrangeiros (NAGLE, 2017).

Por fim, é imprescindível pontuar que o sucesso da *Alt-Right* em ascender sem o apoio da grande mídia se deve pelo domínio da produção de memes escandalosos que rapidamente se tornam virais e se tornam perturbantes para as pessoas indignadas e cômicos para os apoiadores e, assim, ao comentarem, compartilharem ou até mesmo curtirem, a mensagem passada pelo meme, quer queira quer não, consegue penetrar inúmeras bolhas sociais e alcança um número muito grande de usuários das redes sociais além da plataforma inicial em que se originou. Ainda, há quem discorde das mensagens repassadas, porém, por nutrir desafeto a quem apregoe o politicamente correto, estes tendem a ecoar o conteúdo ao invés de concordar com seu “inimigo”. Foi um método similar a este o utilizado por Jair Bolsonaro para aumentar seu engajamento nas redes sociais (GALVÃO, 2019). Depreende-se, destarte, que a estratégia dos memes da direita alternativa não é a de doutrinar o maior número de pessoas possíveis, mas sim de tornar-se visível e de ter sua voz escutada.

Capítulo 3. A crise da democracia liberal e o Debate pós-democrático

A década de 2010 presenciou alguns fenômenos em diferentes partes do mundo que forneceram argumentos para sustentar maior divulgação do debate pós-democrático na academia. Os limites do projeto democrático ocidental, liberal e representativo já são conhecidos há algum tempo. Segundo Ballestrin (2018), a ideia de pós-democracia interliga a política com a economia num processo em que ocorre a exaustão da primeira a fim de que a economia consiga se expandir em inúmeras direções e colonizar as diversas facetas da vida coletiva. Ainda, o embate entre a democracia e o neoliberalismo significa um embate entre o povo contra a elite, o nacional contra o global. A pós-democracia implica na privatização da

democracia e, portanto, do poder político pelo poderio econômico (BALLESTRIN, 2018). Segundo Crouch (2011), as grandes corporações e multinacionais são atores ativos no projeto de exaustão da democracia – que se torna mais uma vítima do mercado. Este capítulo se ocupará de abordar os dois grandes perigos advindos da crise da democracia liberal e o debate pós-democrático na contemporaneidade.

3.1. Os perigos velados da democracia liberal

A crise do modelo de democracia representativa contemporânea diz respeito à dúvida ou até incredulidade dos cidadãos quanto à eficácia e capacidade de um modelo democrático ser competente o suficiente para garantir uma vida digna à sua população, isto é, prover e garantir segurança econômica e social. Soma-se à incredulidade o sentimento generalizado de que não há, dentre o leque de figuras políticas, representantes fidedignos das demandas da população. Dada a prevalência da economia sobre a política – advindo das políticas neoliberais – concomitante ao processo de engessamento das instituições democráticas, o povo, o *demos* da palavra democracia, num sentimento de desesperança e sensação desassistida, comumente tem buscado alternativas ora mais democráticas ora nada democrática – mas todas populistas – cujo intuito único é o de ter a sua voz ouvida e de exteriorizar a sua dor. (MENDONÇA, 2019).

Conforme Mendonça (2019) aponta, as duas grandes ameaças da atual crise da democracia liberal dizem respeito às alternativas autoritárias e aos democratas conservadores. A primeira alternativa está relacionada ao avanço do novo neoliberalismo, uma vez que os projetos autoritários que cerceiam as democracias – as já maduras ou as que caminhavam para um certo grau de amadurecimento – do Ocidente têm objetivos ora claros ora velados de retrocesso no que tange às conquistas sociais e violação de direitos. Apesar de num passado recente não haver muitos acadêmicos que preconcessem indícios da iminente crise da democracia liberal, poucos foram os que previram seu esgotamento dado o avanço do autoritarismo e neoliberalismo, como Steven Levitsky e Daniel Ziblatt em seu livro de 2018 intitulado “Como as Democracias Morrem”. As democracias, tal qual a conhecemos nos dias de hoje, em seu modelo representativo, foram dominadas pela lógica capitalista e as figuras políticas que jogam as regras do jogo democrático – os representantes do povo – são nada mais que meros instrumentos propagadores do neoliberalismo hegemônico (MENDONÇA, 2019) e inclusive há acadêmicos, que acreditam que os atuais modelos democráticos já sejam propriamente pós-democráticos (CROUCH, 2004). Não obstante, é sabido que até mesmo a liberdade individual – o atributo mais estimado do atual modelo democrático – não alcança

todos os indivíduos, uma vez que as condições materiais são arbitrária e desumanamente distribuídas na sociedade (MENDONÇA, 2019).

Ainda de acordo com Mendonça (2019), a segunda ameaça, dado o avanço dos projetos autoritários em curso, como num movimento de resposta aos intentos da extrema direita, os acadêmicos e intelectuais progressistas passam a defender a conservação e manutenção do *status quo* das democracias liberais, apesar de largamente reconhecida sua insuficiência, optam por uma pós-democracia. É este o dilema velado da proposta conservadora: a defesa da percepção de que o estágio atual não mais deve ser o de avanço rumo ao aperfeiçoamento do projeto democrático, mas sim de conservação da conjuntura vigente, da democracia sem o *demos*. Assim, até mesmo a alternativa que opta pela conservação da democracia liberal tem dois problemas eminentes: um diz respeito à incapacidade de almejar ou arquitetar um projeto melhor que a simples manutenção das condições atuais, de modo a limitar sua ação e de entender que qualquer tentativa de mudança – seja localizada à direita seja à esquerda do espectro político – representa uma ameaça populista e, por fim, o outro problema concerne ao entendimento de evolução do projeto democrático, que apaga a possibilidade factual de que a atual ameaça de extrema direita não seja mero empecilho momentâneo à democracia, mas sim um novo esboço ou até bloco hegemônico sucessor ao projeto democrático (MENDONÇA, 2019). Nessa linha de pensamento, Mendonça (2019), conclui afirmando que:

“Dessa forma, as democracias realmente existentes podem, neste momento, estar dando lugar a um mundo baseado em extremismo e mais exclusões. Isso quer dizer que, no social e na política, não há evolução. O que existe são projetos hegemônicos que se sobrepõem a outros projetos hegemônicos. Se até a *pax romana* foi sobrepujada por sucessivas invasões bárbaras, por que uma experiência tão recente, como a das poliarquias, seria o fim da história?” (MENDONÇA, 2019, p. 5).

Sendo assim, a condição *sine qua non* de uma democracia, para que ela se sustente, é a de que o governo aja de modo tal que seu âmago e fim há de ser a prevalência do bem comum. Logo, a democracia implica ser um governo do povo, pelo povo e para o povo. Portanto, de acordo com Hobsbawm (2007), à medida que houve a justaposição da lógica do mercado e do capital à democracia liberal, a primeira não constitui complemento à segunda, mas antes uma alternativa. Seguindo a linha de pensamento do autor, as premissas da democracia liberal têm perdido sua eficácia. São premissas o poder estatal hegemônico, o apoio da maioria e a aceitação da autoridade e, como fatores desta degeneração, o autor aponta a perda do monopólio da ação militar, uma vez que tem se tornado cada vez mais fácil adquirir armamentos não só para os grupos dissidentes, como também para a população civil e a instituição de ideais ultraliberais, que levaram ao maior enfraquecimento da capacidade de ação do Estado, visto

que, à medida que os mercados se desregulamentam, há não só mais privatizações, como também palco para o entendimento de que somente o mercado seja capaz de prover e satisfazer as necessidades da sociedade de maneira eficiente. Assim, a lógica privada preenche o vazio deixado pelo enfraquecimento do aparato estatal que, por conseguinte, também leva ao enfraquecimento do papel do cidadão como mobilizador na política e abre espaço para o consumidor ocupar o lugar do cidadão (HOBBSAWM, 2007). Por fim, ainda de acordo com Hobsbawm (2007), são esses fatores que afetam direta e indiretamente a democracia, que, por consequência, não tem mais a legitimidade de fato perante o *demos*. E isso, por sua vez, acarreta no declive de movimentos e ações populares e coletivas, bem como no decréscimo do interesse pela política e até mesmo pelas eleições.

3.2. O hodierno momento pós-democrático

O conceito de pós-democracia apareceu pela primeira vez na década de 1990 nos escritos de Jacques Rancière, porém foi muito mais trabalhado por Colin Crouch no decorrer da década de 2000, mas à medida que o tempo passa, o conceito cada vez mais tem agregado significados diferentes se compararmos com sua interpretação inicial, quer seja a completa dominação e

Crouch (2004) explica que, com a globalização, tanto política quanto econômica, grande parte das decisões tomadas passam a acontecer a nível global nos fóruns internacionais. Isto ocorre porque em cada nação, apesar de existirem e vigorarem as instituições democráticas – prova disso seriam as eleições periódicas – as decisões ficam a cargo de elites políticas detentoras de capital político e econômico. Assim sendo, uma vez no poder, as elites se arranjam de maneira tal que seja possível tomarem decisões que visam somente à ampliação de seus lucros e benefícios, excluindo, desta forma, o *demos* da democracia, o que explica o abandono da participação popular nas eleições, filiações e partidos, por exemplo (CROUCH, 2020). Sendo assim, apesar de ainda haver eleições periódicas, as instituições democráticas cada vez mais carecem dos valores democráticos. Sobre este assunto e, mais especificamente levando em consideração o caso brasileiro, sobretudo o processo de *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff, Casara (2017) escreveu o seguinte:

“O que há de novo na atual quadra histórica, e que sinaliza a superação do Estado Democrático de Direito, não é a violação dos limites ao exercício do poder, mas o desaparecimento de qualquer pretensão de fazer valer estes limites. Isso equivale a dizer que não existe mais uma preocupação democrática, ou melhor, que os valores do Estado Democrático de Direito não produzem mais o efeito de limitar o exercício do poder em concreto. Em uma primeira aproximação, pode-se afirmar que na pós-democracia desaparecem, mais do que a fachada democrática do Estado, os valores democráticos” (Casara, 2017, p. 21 e 22).

Ainda, Crouch (2004) afirmou que mesmo reinando a impressão de que ainda hajam instituições democráticas fortes, a própria democracia em diversas sociedades está se esvaziando, uma vez que as eleições hoje em dia representam rituais vazios, dado que o poder é transferido de uma elite econômica-empresarial para outra elite ou para classes políticas cada vez mais isoladas como em um ciclo vicioso. Já em 2020, Crouch argumenta que seu entendimento no ano de 2004 – quando publicou o livro – acerca do domínio do lobby formado pelas elites políticas e econômicas foi, de certo modo, equivocado, uma vez que a desregulamentação financeira global impulsionou a crise financeira de 2007 e 2008, bem como a posterior crise europeia. E, como resposta, muitos eleitores acabaram por rejeitar não só a globalização, mas também a liberalização – ambos projetos primordiais dessas elites. Desta feita, muitos eleitores passaram a propelar partidos, movimentos e personalidades populistas, xenófobas e antiliberais – que vai contra o projeto propagado pelas elites. Todavia, por outro lado, Crouch (2020) rebate que a ascensão de movimentos xenófobos não indica a refutação de sua teoria sobre a pós democracia, mas antes aponta para a introdução de um novo nível do atual momento pós-democrático. Figuras populistas, como o ex-presidente Donald Trump e Jair Bolsonaro, levam seus seguidores e a população em geral a crerem que somente eles são capazes de fazer valer a vontade do povo e as instituições democráticas vigentes – como congresso, parlamentos, tribunais – deveriam, portanto, ser impedidas de cumprirem seus papéis na esteira democrática, isto é, moderar o uso do poder por parte do executivo, todavia, a democracia depende diretamente destas instituições, conforme explica o autor:

“Democracy requires that today’s minority stand a chance of becoming tomorrow’s majority; a party in government today must see a serious possibility in not being there tomorrow, and therefore share a cross-party consensus in keeping competition open and fair. Democracy – in the narrow sense of electing leaders who represent the current popular will – cannot guarantee its own future. For this it depends on those external, restraining institutions”⁶. (CROUCH, 2020).

Não obstante saber que estes argumentos sejam verdadeiros já há algum tempo, argumenta Crouch (2020), nos dias hodiernos há uma nova tendência pós-democrática prevalente no populismo, além da xenofobia; a capacidade de pequenos grupos manipularem a opinião pública através das redes sociais. A manipulação se dá mediante ao envio massivo de

⁶ Tradução própria: “a democracia exige que a minoria de hoje tenha chances de se tornar a maioria de amanhã; um partido no poder hoje deve levar em consideração a possibilidade concreta de não estar no poder amanhã e, portanto, conciliar um consenso entre os partidos a fim de manter a concorrência aberta e justa. A democracia – em seu sentido estrito de eleger líderes que representam a atual vontade do povo – por si só não pode garantir seu próprio futuro. É por isso que ela depende das instituições restritivas e independentes” (CROUCH, 2020).

mensagens – e *fake news* – emanadas por uma única fonte, mas chegando por diversos caminhos, aplicativos e endereços eletrônicos à população, de modo a ludibriar a sociedade a pensar que as mensagens são provenientes de um grande número de pessoas que compartilham determinada opinião (CROUCH, 2020).

Ainda, Crouch (2020), argumenta que nenhum desses motivos acima são capazes de explicar o real motivo pelo qual o descontentamento com as crises econômicas e neoliberais levaram à ascensão de movimentos e sentimentos à direita extremada do espectro político e não à esquerda, visto que este segundo é o único lado que propaga críticas contundentes ao capitalismo financeiro e desregulado. A esquerda liberal, ao longo das últimas duas ou três décadas deteve um sentimento de derrota na luta contra o neoliberalismo no que tange às questões econômicas, tais quais direitos trabalhistas e o modelo de Estado de Bem-Estar Social, todavia, a esquerda não percebeu que pela via cultural ela esteve do lado vitorioso desde meados da década de 1960 – diversas vezes através de um pacto implícito com os neoliberais. As questões culturais que a esquerda foi vitoriosa em propagar – com pacto ou não – contemplam o multiculturalismo, as questões de gênero, LGBTs, as relações entre os países e o papel da religião na sociedade, por exemplo. Então, houve a contrarrevolução silenciosa, onde uma minoria conservadora não soube lidar com as mudanças na sociedade e revoltaram-se, porque eram escassas as vozes que ecoavam suas aspirações na vida pública. A fim de explicar este ressentimento exacerbado, Crouch (2020) usou a metáfora de uma água de enchente se acumulando por detrás de uma barragem – contenção essa que significava certa salvaguarda social e econômica oferecida à população através do casamento tácito entre o neoliberalismo e o progressismo. Grandes partidos e figuras políticas tradicionais apoiaram essa espécie de contenção, de modo que alternativas xenófobas fossem descartadas pelos eleitores por muito tempo (CROUCH, 2020).

Todavia, a barragem se acumulou até que ataques terroristas ganharam mais visibilidade no Ocidente – por mais raros que sejam. Somando os ataques à austeridade financeira provenientes da crise de 2008, espalhou-se um sentimento generalizado de insegurança social e econômica, fazendo com que a barragem se rompesse. Dados os elevados níveis de globalização e imigração, o vocativo ao nacionalismo xenófobo foi renovado e exacerbado. Assim, neste cenário, Crouch (2020) argumenta que a política global poderia ser facilmente dominada pela extrema pós-democracia – nas mãos de poucos bilionários coalizando com elites políticas de modo a manipular a opinião pública através do envio de mensagens massivas por redes sociais cujo propósito é o de incitar diversas formas de ódio contra o “inimigo comum” a fim de tirar a atenção da população para o que realmente importa: o avanço da

desregulamentação do capitalismo financeiro, a passagem da democracia para o governo das grandes corporações, a corporocracia. De acordo com Mendonça (2019), a crise pode ser resumida em uma palavra; impasse, que, segundo o autor, diz respeito à incapacidade de pensar uma democracia além dos já existentes modelos liberais, porque mesmo havendo consenso de que a democracia não tem correspondido à vontade geral do *demos*, ela ainda é preferível a qualquer outra alternativa.

Entretanto, nem tudo está perdido, finaliza Crouch (2020), a janela de oportunidade e da esperança contra o avanço das tendências pós-democráticas reside nas pessoas mais jovens e com níveis maiores de escolaridade tendem a rejeitar a xenofobia e a se preocuparem mais com as ameaças ambientais, como as mudanças climáticas. As mulheres, menos atraídas aos extremos políticos, cada vez mais têm influenciado e definido a agenda política. Os jovens mais instruídos também têm resistido às tentações individualistas propagadas pelo neoliberalismo e a quantidade desses jovens está crescendo ininterruptamente. Tais grupos, isto é, tais *demos*, compõem a brecha da possibilidade de fazer frente à ascensão da pós-democracia e de reanimar o projeto democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, tendo em vista a ascensão da extrema direita e de figuras populistas nos últimos anos, estudar e entender os motivos pelos quais tais fenômenos estão em voga em sociedades ocidentais cujo projeto democrático já havia atingido certo grau de amadurecimento é imprescindível, além de já estar claro que o empreendimento da proposta da democracia liberal está longe de representar o fim da história política. Além disso, a ascensão das novas direitas também representa grotesco retrocesso de pautas e conquistas sociais já alcançadas à medida que as personalidades da nova extrema direita são aclamadas, pois professam e incitam propostas antissistemas, xenófobas e belicistas. Estes são os indícios da crise da democracia liberal, uma vez que tais líderes e partidos antissistemas foram legitimados pelo próprio sistema democrático – o voto popular, a vontade do *demos*. Isso porque, conforme a lógica capitalista se alastra, cada vez mais a democracia passa a se configurar como um incômodo para o avanço do projeto neoliberal, como algo a ser evitado a todo custo.

Ainda, o neoliberalismo se retroalimenta de suas crises, isto é, se reforça como sistema de poder através das crises que o próprio neoliberalismo causa. Também, há um novo arquétipo do projeto neoliberal em voga. Seu antecessor havia feito – mesmo que tacitamente – uma aliança com certos grupos progressistas da sociedade, tais como com as mulheres, com os negros e com o movimento LGBT – para que seu fundamentalismo econômico (redução de impostos, menor atuação possível do Estado e maior liberalização da economia) fosse aceito sem grandes contestações. Logo, com a crise e o colapso da aliança formada pelo bloco hegemônico neoliberal com a camada progressista, o neoliberalismo reacionário ocupou o espaço que estava sobrando. Este novo bloco diz respeito à conjunção do novo liberalismo com o novo conservadorismo, visto que o neoliberalismo como sistema de poder necessitou de um subterfúgio de cunho moral muito forte – com destaque para o papel da religião e do patriarcado – a fim de que houvesse completa dominação da vida coletiva e das pessoas, pois as crises financeiras seriam também, segundo os conservadores, uma crise de abandono dos valores morais. Somente assim, com essa união entre neoconservadorismo e neoliberalismo, que o neoliberalismo encontraria o pretexto viável de explicar e implementar a militarização massiva da política e do espaço público a fim de que a lei e a ordem sejam mantidas a todo custo para que a lógica plena do mercado vigore sem grandes intercorrências.

O grupo das novas direitas radicais que servem de embasamento para figuras populistas e extremadas e que ascenderem na cena política é multiforme, mas, apesar de ser um grupo multifacetado e que pega emprestado termos e concepções de ideologias distintas, o subgrupo

mais relevante é o de vertente populista, que toma como embasamento para suas propostas alguns ideais xenófobos, nativistas e autoritários. As novas direitas criticam o modelo de organização de Estado de Bem-Estar Social e propõem uma alternativa anti-igualitária e de individualismo. A tácita união advinda do projeto econômico de Bem-Estar Social, que contemplou tanto os partidos à esquerda quanto os à direita, fez com que as principais semelhanças entre um espectro e o outro fossem esmaecidas, de modo que mal fosse possível saber discernir se um político seguia ideais de esquerda ou de direita. As novas direitas também criticam a proporção que as pautas pós-materialistas reivindicaram e conquistaram no aparato estatal e na cultura, visto que o grupo neoconservador, majoritariamente formado por homens brancos e de idade avançada, viram seu papel hegemônico no núcleo familiar e no seio da sociedade dar espaço para as mulheres, os negros, os imigrantes e os LGBTs. Isso explica, por exemplo, o apelo exacerbado dos neoconservadores ao patriotismo, ao autoritarismo e ao patriarcalismo. Dito isto, dado o sentimento exacerbado de revolta pela ascensão das pautas progressistas, de insegurança – porque para os neoconservadores os imigrantes são sinônimos de ameaça patente – e de descrédito perante o sistema democrático – porque não mais dá para diferenciar um partido de direita ou esquerda – partidos e figuras políticas populistas ascenderam justamente porque suas propostas ameaçavam o *establishment* e a grande mídia. A *Alternative Right*, por sua vez, apesar de não haver um consenso claro sobre sua definição ou sobre seu embasamento filosófico, está intimamente relacionada à tecnologia, pois seu surgimento se deu em fóruns online e anônimos, onde expressa e claramente – mas não publicamente – são propagados discursos contra o politicamente correto, isto é, discursos misóginos, homofóbicos e xenófobos. Dentro da plataforma, como não havia uma presença marcante de um grupo notadamente do lado oposto do espectro político da direita radical, a direita alternativa facilmente se proliferou e, as mensagens curtas com alto teor de humor sarcástico saíram do ambiente virtual outrora exclusivo desses fóruns e rapidamente se alastrou por toda a internet e redes sociais, chamando atenção de quem abominava tais discursos e ganhando admiração de quem pensava de maneira semelhante, com o objetivo primordial de chocar o público e de viralizar seus sentimentos de revolta. Precisar este fenômeno é desafiador justamente pela sua característica intrínseca; o anonimato. Por isso, a *Alternative Right* é considerada um fato inédito e sem precedentes na política.

Portanto, este cenário – de crise do neoliberalismo progressista, ascensão do novo neoliberalismo hiperreacionário e da reivindicação neoconservadora de pautas antissistemas e antidemocráticas – diz respeito à crise generalizada da democracia liberal e abre espaço para a difusão do debate da Pós-Democracia. A esse respeito, apesar de haver a impressão de que

ainda hajam instituições democráticas fortes em diversos países, o próprio sistema democrático está se esvaziando, pois tem negligenciado cada vez mais o povo. Dado o avanço da globalização e do neoliberalismo, as decisões políticas e econômicas são tomadas ora por uma elite empresarial ora por uma classe política cada vez mais destoadada e distante da realidade da população. Ainda, o próprio caráter xenófobo das reivindicações da nova direita diz respeito ao próximo estágio da pós-democracia, na qual líderes populistas, através de discursos demagogos levam seus seguidores a crerem que somente eles – *outsiders* políticos – são capazes de fazer valer a vontade da população por quaisquer meios necessários – seja a construção de muros, seja o fechamento de instituições democráticas que supervisionam o poder executivo, seja o retorno de uma ditadura militar ou até mesmo sair de uma união econômica e política.

Estamos vivendo, portanto, uma onda global de desdemocratização, na qual a democracia se tornou um obstáculo a ser desviado a qualquer custo pelo projeto neoliberal em curso e as limitações advindas de uma democracia não de ser descartadas a fim de que o capitalismo – representado pelas grandes corporações e multinacionais – consiga prosseguir com seu projeto de tentativa de dominação global. Essa é a caracterização de um momento pós-democrático. O bloco hegemônico neoliberal progressista foi substituído pelo novo bloco hiperreacionário, na qual o capitalismo não mais precisa se revestir de adornos democráticos. Estamos, isto posto, presenciando a transição de uma democracia para uma corporocracia. Isso não quer dizer que não temos escolha a não ser ficarmos atônitos testemunhando a passagem, mas antes, deve ser um momento de união das mulheres, dos negros, dos LGBTs e dos jovens para fazer frente contra os perigos advindos do avanço do projeto capitalista, pois como disse Santos, 2000, “a força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une”.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGOS, Esther Solano (org.). **O ódio como Política: A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. Cap. 2. p. 27-32.

BALLESTRIN, Luciana. O Debate Pós-Democrático no Século XXI. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, Pelotas, v. 4, n. 2, p. 149-164, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/14824/9146>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BURKE, Edmund. **Edmund Burke: Selections from His Political Writings and Speeches**. London: T. Nelson & Sons, 1911.

CARBAJOSA, Ana. Extrema direita entra no Parlamento alemão pela primeira vez desde 1945: partido criado contra o euro em 2013 obtém 12,9% dos votos com discurso islamofóbico e anti-imigração. **El País**. Berlim, 25 set. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/24/internacional/1506276160_113753.html. Acesso em: 07 dez. 2020.

CASARA, Rubens. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 212 p.

CRESPO, Miguel Urban. Europe: A continent in crisis, a rising far right. **International Viewpoint: News and analysis from the Fourth International**, Europe, p. 1-2, 5 out. 2010. Disponível em: <https://internationalviewpoint.org/spip.php?article1931>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CROUCH, Colin. *Coping with Post-Democracy*. Paperback, 2000. Londres: Fabian Society, 2000. Disponível em: <http://www.fabians.org.uk/wp-content/uploads/2012/07/Post-Democracy.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CROUCH, Colin. **Post-Democracy: a sociological introduction**. Polity Press, 2004. 144 p.

CROUCH, Colin. **What has happened to post-democracy?** 2020. Disponível em: <https://politybooks.com/what-has-happened-to-post-democracy/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Anatomía del nuevo neoliberalismo. **Viento Sur**, n. 164, 19 jul. 2019. Disponível em: <https://vientosur.info/anatomia-del-nuevo-neoliberalismo/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo. 2016.

DE MENDONÇA, D. A crise da democracia liberal e a alternativa populista de esquerda. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 31–50, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/28401>. Acesso em: 13 dez. 2020.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump - e além. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, Santa Catarina, v. 17, n. 40, p. 43-64, 29 dez. 2018. Quadrimestral. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2018v17n40p43>. Acesso em: 15 jan. 2021.

FUKUYAMA, Francis, **O fim da história e o último homem**. Tradução de Aulyde S. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Fundador do 4chan deixa de ser administrador do site após 11 anos. **G1**. São Paulo. 22 jan. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/01/fundador-do-4chan-deixa-de-ser-administrador-do-site-apos-11-anos.html>. Acesso em 18 jan. 2021.

GALVÃO, Luíza Lopes. **A nova direita brasileira chega ao Palácio do Planalto: uma análise do fenômeno e seus paralelos com a Alternative Right**. 2019. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

GRILLO, Marco; MENEZES, Maiá; PRADO, Thiago. Exclusivo: não entendo mesmo de economia, afirma Jair Bolsonaro. **O Globo: Brasil**. Rio de Janeiro, jul. 2018. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/brasil/exclusivo-nao-entendo-mesmo-de-economia-afirma-jair-bolsonaro-22908268>. Acesso em: 18 jan. 2021.

HAWLEY, George. **Making sense of the Alt-Right**. New York: Columbia University Press, 2017.

HAYEK, Friedrich. **The Constitution of Liberty**. London: Routledge & Kegan Paul, 1960.

HOBSBAWM, Eric. Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 182 p.

IGNAZI, Piero. **The silent counter revolution: Hypotheses on the Emergence of Extreme Right-Wing Parties in Europe**. European Journal of Political Research, Vol. 22, Issue 1, Julho de 1992.

INGLEHART, Ronald. **The Silent Revolution**. Princeton: Princeton University Press, 1977.

KIRK, R. **The Conservative Mind**. Chicago: Henry Regnery, 1967.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 306 p.

MIESSLER, Daniel. **The Difference Between Classical Liberalism and Libertarianism: how the appropriation of an old term is being used to obscure unpalatable political positions**. 2020. Disponível em: <https://danielmiessler.com/blog/the-difference-between-classical-liberalism-and-libertarianism/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGÓ, Esther Solano (org.). **O ódio como Política: A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. Cap. 1. p. 17-26.

MUDDE, Cas. **The Far Right in America**, London: Routledge, 2017.

NAGLE, Angela. **Kill all Normies: Online Culture Wars from 4Chan and Tumblr to Trump and the Alt-Right**. Zero Books, 2017.

ROCHA, Camila. **O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In: O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. SOLANO, Esther (org.). Boitempo, 2018. Cap. 5. p. 47-52.

SANTOS, Milton [1987]. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 2000^a (5^a edição)

SOLANO, Esther. Et al O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. In: SOLANO, Esther (org.). Boitempo, 2018.